

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DE PORTO ALEGRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA E SAÚDE**

ROSE ANDRÉIA SOMAVILLA

**Formação de identidade profissional, símbolos e rituais no
trabalho de policiais militares do Batalhão de Operações
Especiais do Rio Grande do Sul**

**Universidade Federal de Ciências da Saúde
de Porto Alegre**

Porto Alegre
2023

ROSE ANDRÉIA SOMAVILLA

**Formação de identidade profissional,
símbolos e rituais no trabalho de
policiais militares do Batalhão de
Operações Especiais do Rio Grande
do Sul**

Dissertação submetida ao
Programa de Pós
Graduação em Psicologia e Saúde da
Universidade Federal de Ciências da Saúde de
Porto Alegre como requisito para a obtenção
do grau de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mayte Raya Amazarray

Porto Alegre

2023

**Formação de identidade profissional, símbolos e rituais no trabalho de policiais
militares do Batalhão de Operações Especiais do Rio Grande do Sul**

BANCA AVALIADORA

Prof^a. Dr^a. Ana Boff de Godoy
Departamento de Educação e Humanidades (DEH)
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)

Prof^a. Dr^a. Lucia Marques Stenzel
PPG Psicologia e saúde
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)

Prof^a. Dr^a. Karine Vanessa Peres
PPG Psicologia
Universidade de Santa Cruz do Sul

Porto Alegre
2023

Catálogo na Publicação

Somavilla, Rose Andreia

Formação de identidade profissional, símbolos e rituais no trabalho de policiais militares do Batalhão de Operações Especiais do Rio Grande do Sul / Rose Andreia Somavilla. -- 2023.

46 p. : 30 cm.

Dissertação (mestrado) -- Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Saúde, 2023.

Orientador(a): Profa Dra Mayte Raya Amazarray.

1. Operações Especiais. 2. Identidade Profissional. I. Título.

Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da UFCSPA com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

RESUMO

Essa dissertação apresenta um estudo que investigou a formação de processos identificatórios e o contexto simbólico na construção dos significados e sentidos do trabalho de policiais que atuam como operadores especiais (OE) do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) do Rio Grande do Sul, incorporados à tropa nos últimos quatro anos. Essa dissertação apresenta um artigo sobre significados e sentidos do trabalho, transição de identidade, símbolos e rituais para operadores especiais ingressantes no BOPE. Realizou-se um estudo qualitativo, baseado na etnografia, com uso de diário de campo e observação participante, entrevistas individuais semiestruturadas enquanto técnicas de coleta de informações, com 12 policiais incorporados recentemente ao BOPE (2019/2021). Para tratamento de dados, adotou-se análise temática reflexiva, sendo o material empírico compreendido à luz da Psicossociologia do Trabalho. A partir da análise temática, foram produzidos dois temas: “*Tornar-se caveira*”, com os subtemas *tatuagem de caveira; desconstrução do eu-identidade coletiva*; e o tema “*Sentidos e significados do trabalho dos OE*” com os seguintes subtemas: *integrar o BOPE; e realização pessoal e profissional*, nos quais se evidenciam conteúdos associados à transição para uma nova identidade profissional. Os resultados permitiram entender que, apesar dos momentos de formação em um curso de especialização em operações especiais serem importantes para a profissão de OE, a aprendizagem da função e o processo de construção da identidade coletiva profissional são moldados pela socialização em contexto real de trabalho. Além da experiência que advém da prática profissional no cotidiano do BOPE, contribui decisivamente para o desenvolvimento do compromisso com a profissão, como uma carreira para a vida, e de uma identidade coletiva e atribuindo sentido e significado ao trabalho dos OE. Os estudos com esses grupos especializados têm relevância para os próprios sujeitos, seus gestores e para a sociedade como um todo, que

recebe a prestação do serviço público.

Palavras-chave: Operações Especiais; identidade profissional; significados e sentidos do trabalho. Psicossociologia do trabalho.

ABSTRACT

This dissertation presents a study that investigated the formation of identification processes and the symbolic context in the construction of the meanings and senses of the work, transition of identity, symbols, and rituals, of police officers who act as special operators of the Special Operations Battalion of Rio Grande do Sul, incorporated into the troop in the last four years.

This dissertation presents an article on the meanings of work for special operators joining BOPE. A qualitative study was conducted, based on ethnography, with the use of field diary and participant observation, interviews with semi-structured individual interviews as an information collection technique, with 12 police officers recently incorporated into BOPE (2019/2021). For data analysis, a reflexive thematic analysis was adopted, and the empirical material was understood in the light of the Psychosociology of Work. From the Thematic Analysis, two themes were produced: "*Becoming a skull*" with the sub-themes *skull tattoo; deconstruction of the collective self identity* the theme "*Senses and meanings of the work of the OE*" with the following sub themes; *integrate BOPE; and personal and professional fulfillment*, in which contents associated with the transition to a new professional identity are evidenced. The results allowed us to understand that, although the moments of formation of the CEOE are important for the LO profession, the learning of the function and the process of construction of the professional collective identity are influenced by socialization in a real work context. In addition to the experience that comes from the professional practice in the daily life of BOPE, it

contributes decisively to the development of commitment to the profession, as a career for life and of a collective identity and attributing meaning and significance to the work of the OE. The studies with these specialized groups are relevant for the subjects themselves, their managers and for society as a whole when receiving the provision of public service.

Keywords: Special Operations; professional identity; meanings and meanings of work.

RESUMEN

Esta disertación presenta un estudio que investigó la formación de los procesos de identificación y el contexto simbólico en la construcción de los significados y sentidos del trabajo de los policías que actúan como operadores especiales del Batallón de Operaciones Especiales de Rio Grande do Sul, incorporados a la tropa en los últimos cuatro años. Esta tesis presenta un artículo sobre los significados del trabajo, transición de identidad, símbolos y rituales para los operadores especiales que se unen al BOPE. Se realizó un estudio cualitativo, a partir de la etnografía, con el uso de diario de campo y observación participante, con entrevistas individuales semiestructuradas como técnica de recolección de información, con 12 policías recientemente incorporados al BOPE (2019/2021). Para el análisis de los datos, se adoptó un análisis temático reflexivo y se entendió el material empírico a la luz de la Psicología del Trabajo. A partir del Análisis Temático, se produjeron dos temas: "*Convertirse en calavera*" con los subtemas tatuaje de *calavera*; *deconstrucción de la identidad colectiva* el tema "*Sentidos y significados del trabajo del OE*" con los siguientes subtemas; *integrar el BOPE*; *y la realización personal y profesional*, en la que se evidencian contenidos asociados a la transición a una nueva identidad profesional. Los resultados permitieron comprender que, si bien los momentos de formación

de la CEOE son importantes para la profesión de O, el aprendizaje de la función y el proceso de construcción de la identidad colectiva profesional están influenciados por la socialización en un contexto real de trabajo. Además de la experiencia que proviene de la práctica profesional en la vida cotidiana del BOPE, contribuye decisivamente al desarrollo del compromiso con la profesión, como carrera para toda la vida y de una identidad colectiva y atribuyendo sentido y significado al trabajo del OE. Los estudios con estos grupos especializados son relevantes para los propios sujetos, sus gestores y para la sociedad en su conjunto a la hora de recibir la prestación del servicio público.

Palabras clave: Operaciones Especiales; identidad profesional; significados y significados del trabajo.

LISTA DE ABREVIATURAS

BOPE	Batalhão de Operações Policiais Especiais
BM	Brigada Militar
OE	Operações Especiais ou operadores especiais
CEOE	Curso de Especialização em Operações Especializadas
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

SUMÁRIO

Apresentação

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 REVISÃO DE LITERATURA – CONTEXTUALIZAÇÃO.....	17
2.1 Breve histórico sobre as Operações Especiais no mundo.....	17
2.1.1 Contexto histórico das Operações Especiais no Brasil.....	19
2.1.2 Batalhão de Operações Especiais do Rio Grande do Sul.....	22
2.2 Psicossociologia do trabalho.....	24
2.2.1 Processos de institucionalização e poder.....	26
2.2.2 Processos identificatórios relacionados ao trabalho.....	30
2 REFERÊNCIAS DA REVISÃO DE LITERATURA.....	41
3 OBJETIVOS.....	43
3.1 Objetivo Geral.....	43
3.2 Objetivos Específicos.....	43
4 ARTIGO.....	44
5 CONCLUSÃO GERAL.....	45
APÊNDICE A.....	47

Apresentação

Com o intuito de contextualizar o propósito dessa pesquisa e da autora, farei uma breve apresentação. Sou servidora pública estadual vinculada à SUSEPE (Superintendência de Serviços Penitenciários) desde 2002 e cedida ao Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Brigada Militar do Rio Grande do Sul desde 2014. Inicialmente, a cedência era por tempo parcial ao integrar a equipe de negociação e, posteriormente, depois de oito anos, de maneira integral - o que se mantém até o momento. De modo geral, as atividades desenvolvidas junto a essa unidade especializada incluem atuação direta com a equipe de negociação em ocorrências de crise, com reféns, crime passional, pessoas com perturbação mental e pessoas com comportamento suicida, identificando o perfil psicológico do(s) causador(es) de tais eventos críticos e no acompanhamento da saúde mental de todos os policiais integrantes do Batalhão.

Meu interesse pelo tema surgiu ao longo do meu trabalho no Bope e da falta de recursos acadêmicos necessários para as demandas emergentes, pois estudos científicos a respeito da formação e do trabalho dos Operadores Especializados (OE), são exíguos. Alguns materiais que se encontram disponíveis tratam de incursões vinculadas aos campos da Antropologia, realizadas por dois policiais que fizeram parte da história do BOPE nos Estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Portanto, compreendo que há necessidade de entender melhor a influência das representações simbólicas, (tatuagem, ritos, rituais, orações, entre outros simbolismos) que envolvem o cotidiano laboral desse grupo de trabalhadores. Entendo que, ao compreender essa realidade, a minha própria atuação profissional junto aos Operadores Especiais poderá ser qualificada. No que tange ao propósito da pesquisa, os dados foram coletados de maneira sistemática, no cotidiano dos operadores, por mim, autora desta

Dissertação e psicóloga integrante do Batalhão. Enquanto escrevo essa apresentação, também percebo a importância dessa instituição estar disposta a abrir os portões para a entrada do olhar da ciência e da pesquisa como forma de intervenção para melhor entender a dinâmica das operações especializadas desempenhadas por este Batalhão. Com isso, reconheço a grande responsabilidade e comprometimento ético que tive nesse acesso a informações e atuações profissionais tão diferenciadas no âmbito policial. Agradeço, dessa maneira, a total confiança do Comando da Brigada Militar no meu trabalho e a ética com que eu conduziria. A parceria estabelecida com um grupo de pesquisa de uma universidade federal, pelo PPG Psicologia e Saúde, também foi de grande valia. Ao surgir o interesse da Instituição em pesquisar os OE e os motivos que os levam a não conclusão do Curso de Especialização em Operações Especiais (CEOE), fiz o contato com a Universidade, por meio da Profa. Mayte no final de 2020 e após várias reuniões e ajustes deu-se início a um grande projeto guarda-chuva sobre a temática das Operações Especiais. Este estudo está vinculado ao projeto de pesquisa *“Formação e cotidiano laboral de policiais militares do Batalhão de Operações Especiais do Rio Grande do Sul: dimensão psicossocial do trabalho, saúde mental e qualidade de vida”*, de delineamento longitudinal e com método misto.

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como temática a identidade profissional e o contexto simbólico na construção dos significados e sentidos do trabalho de policiais que atuam como operadores especiais do Batalhão de Operações Policiais Especiais. A pesquisa objeto deste mestrado é um recorte de um projeto mais amplo, intitulado “Formação e cotidiano laboral de policiais militares do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) do Rio Grande do Sul: dimensão psicossocial do trabalho, saúde mental e qualidade de vida”. Este projeto vem sendo desenvolvido desde 2021 pelo grupo de pesquisa do Laboratório de Psicologia em Trabalho & Saúde (PETRAS) do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Saúde da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), sob a coordenação da Prof^a Dr^a Mayte Raya Amazarray.

No Brasil, os trabalhadores militares integram as Forças Armadas, sendo estas constituídas pela Marinha, pelo Exército, pela Aeronáutica e pelas Forças Auxiliares formadas pelo Corpo de Bombeiros Militares e pelas polícias militares, estaduais ou distritais. Ao ingressar na carreira militar, é exigido que esses profissionais obedeçam a uma série de regulamentos e princípios hierárquicos rígidos que influenciam todos os aspectos de suas vidas profissionais e também pessoais (Tavares, 2014). Logo, a formação militar fundamenta-se em dois pilares: disciplina e hierarquia (Paulino & Lourinho, 2014).

Comumente, após o ingresso no ambiente militar, os policiais passam a se perceber não apenas como sujeito de direitos, mas também como sujeito de deveres à sociedade, com recompensas diferentes e com direitos exclusivos da classe, como a liberação para andarem armados e exercerem o poder de polícia. De tal maneira, as implicações da cultura organizacional militar, em prol do exercício profissional, acabam atuando como uma força direta

sobre a identidade pessoal e profissional dos policiais militares. Estas implicações podem modificar-se conforme o contexto e do tipo de trabalho desempenhado, a depender do segmento da força policial em que os militares estão vinculados.

No campo da segurança pública, os OE vinculados ao BOPE (foco deste estudo), são considerados expoentes para o atendimento das ocorrências de alto risco de violência e de grande complexidade. Tornar-se um OE ou um “caveira” (como são popularmente intitulados) depende de um caminho árduo, que requer uma intensa e adequada preparação física, técnica e psicológica. Para que um policial militar possa desenvolver suas atividades junto ao BOPE, necessita enfrentar intensos treinamentos, organizados sob o formato de um Curso de Especialização em Operações Especiais (CEOE). Nessa especialização existem muitos rituais e simbologias contidos, e isso me chamou a atenção e fez querer entender melhor quais eram e que influência tinham nos OE, parecendo pertinente compreender qual o papel desses aspectos simbólicos na construção desse novo papel profissional de policial militar para OE.

Tal formação abrange o desenvolvimento de habilidades e competências, tanto técnicas quanto relacionais, que possibilitam o ingresso no segmento reconhecido no âmbito das forças armadas, como a elite da polícia militar brasileira. O trabalho dos OE demanda alto nível de preparo físico e mental para lidar com situações de tensão, quais sejam: cárcere privado, análise técnica de artefatos explosivos, cumprimento de mandados de prisão de alta complexidade, buscas e capturas em ambiente rural, entre outras demandas de alta periculosidade e iminente risco à sociedade.

Se, por um lado, há o reconhecimento, dentre o conjunto das forças policiais, de que o trabalho dos OE é altamente especializado, por outro, também há o entendimento de que este trabalho apresenta grande exposição e risco à integridade física e psíquica destes profissionais.

Tais características sócio ocupacionais reforçam que o processo identificatório dos OE é construído na distinção, tanto de reconhecimento social, pelo trabalho realizado, quanto de riscos decorrentes ao exercício profissional. Estando estes, expostos diariamente a consequências extremas, como a morte decorrente do exercício da sua profissão. Diante disso, percebe-se que o exercício da atividade militar pode acarretar maior acesso a fatores condicionantes de agravo à saúde, favorecendo o surgimento de doenças e/ou comprometendo a saúde geral dos trabalhadores.

Nesse sentido, o ponto de partida da presente investigação de mestrado foi a necessidade de se compreender alguns aspectos relacionados à formação de processos identificatórios, especialmente no tocante ao contexto simbólico na construção de significados e sentidos do trabalho de policiais que atuam como operadores especiais de um Batalhão de Operações Especiais, não havendo estudos específicos na área deste estudo, que versam sobre as questões específicas desse grupo especializado. Compreender ainda as questões que nortearam esse estudo: Como se dá a construção da identidade profissional de operadores especializados do BOPE ? Qual a influência dos símbolos e rituais na formação em operações especiais e no trabalho dos operadores especializados? Quais os significados do trabalho em operações especiais para os participantes do estudo?

Diante disso, com a presente dissertação de mestrado, busca-se compreender como a formação da identidade profissional e o contexto simbólico podem influenciar na construção dos significados e sentidos do trabalho dos operadores especializados do BOPE. A dissertação está organizada em quatro capítulos. No primeiro, apresenta-se a revisão de literatura, contextualizando historicamente a constituição das operações especiais no mundo, e como estas foram implementadas no território brasileiro e em particular, no estado do Rio Grande do Sul,

por meio de unidades do BOPE. Na sequência, no segundo capítulo, apresentar-se-á o referencial teórico-metodológico da dissertação, o qual está fundamentado na Psicossociologia do Trabalho, sob o escopo das Clínicas do Trabalho. No terceiro capítulo, serão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos, que embasaram o desenvolvimento da pesquisa de mestrado. No quarto capítulo, consta o artigo, enquanto produto final resultante desta pesquisa. Por fim, no quinto capítulo serão apresentadas as conclusões finais da dissertação.

2 REVISÃO DA LITERATURA - CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 Breve histórico sobre as Operações Especiais no mundo

Desde a Antiguidade, o ser humano realiza ações de combate estratégico para atuar com melhor desempenho em suas batalhas e guerras. A História nos ajuda a compreender como, de fato, isso ocorreu. A lenda do “Cavalo de Tróia”, relata que, durante cerca de dez anos, os gregos tentaram invadir a cidade de Tróia, porém o acesso à cidade era dificultado pelas grandes muralhas que a rodeavam. Assim, ofereceram um grande cavalo de madeira, como presente aos troianos, que se tratava de uma emboscada, pois em seu interior se encontravam, escondidos, invasores. A ação facilitou a entrada dos gregos no interior da cidade, culminando na destruição de Tróia e vitória dos gregos. A história do mundo conta com várias outras ações semelhantes a essa. (Odisseia, Homero, séc. VIII a.C.)

No entanto, somente a partir da Segunda Guerra Mundial um novo tipo de estilo de combate surgiu, a partir daquilo que foi chamado de “comando” (Leão, 2006). A primeira menção sobre o uso deste termo foi na década de 1940, na Inglaterra. Durante a guerra, os ingleses se viram ameaçados com a expansão nazista e as constantes vitórias dos alemães que poderiam ocasionar a invasão total da Grã-Bretanha. Visando incrementar as operações inglesas, inspirado nas técnicas de guerrilhas e nas tropas paraquedistas alemães, houve a sugestão ao Alto Comando e ao Primeiro Ministro a criação de tropas especiais de assalto, constituídas por pequenos grupos que atuariam somente com seus equipamentos e armamentos individuais (Carvalho, 2021).

Tal fato ocasionou o desenvolvimento de operações rápidas e simples no território do inimigo, como sabotagens, incursões, destruições de pontos estratégicos, guerrilhas, entre outras. Conforme aponta Leão (2006), livre da burocracia e da dependência de apoio de grandes

tropas de infantaria ou artilharia, a operacionalidade e a versatilidade desses grupos seriam melhor administradas. Reconhecida a importância e a funcionalidade desta estratégia de combate, criou-se, na mesma década, a primeira escola de comando, que teve como sede o Castelo Achnacarry, na Escócia. Nela, implementou-se o Centro de Treinamento Básico dos Comandos. Antes disso, muitos comandos foram treinados no Centro de Treinamento Especial em Lochailort, no mesmo país. Os voluntários chegavam ao castelo pela estrada de ferro, desembarcando na estação de Spean Bridge e, de lá, caminhavam cerca de 16 quilômetros até chegarem ao Castelo Achnacarry. Na escola, os comandos ou recrutas, treinavam técnicas de sobrevivência, navegação, combate aproximado, combate noturno, combate corpo-a-corpo, comunicações, montanhismo, explosivos, sabotagem, armamentos, operação com veículos e assaltos anfíbios. Grandes acampamentos de barracas militares foram construídos nas propriedades do Castelo Achnacarry e, em algumas ocasiões, os recrutas usavam o próprio castelo para treinar escalada (Carvalho, 2021).

A aptidão física não era desprezada, pois muita ginástica e corridas longas, com materiais completos, eram realizadas. Em vários treinamentos usavam munições reais, que eram frequentemente disparadas pelos instrutores. Os recrutas tinham que rastejar sob redes de arame farpado, atravessar rios de forte correnteza e escalar penhascos, enquanto ao seu lado os instrutores disparavam explosivos e davam tiros para simular as condições de um combate. O último grande teste dos recrutas era passar por 36 horas ininterruptas de combate envolvendo ataques noturnos. Nos três anos em que funcionou, o centro contabilizou 40 casos de morte, o que demonstra o rigor dos treinamentos desempenhados pelos interessados em participar de tão seleta tropa. Em Achnacarry foram treinados cerca de 25.000 homens, muitos deles americanos (Rangers), franceses, belgas, noruegueses, poloneses, alemães (judeus) e holandeses (Carvalho,

2021).

2.1.1 Contexto histórico das Operações Especiais no Brasil

Em 1624, o Brasil contou com as primeiras companhias militares que lutaram usando modos operantes de guerrilha contra invasores, a fim de impedir o avanço inimigo. Em 1640, inaugurou-se a primeira unidade de Forças Especiais, na Campanha Guararapes, originada no próprio exército brasileiro (Mello, 2015).

Ao descrever a história das operações especiais no Brasil, não se pode deixar de citar o patrono das Operações Especiais brasileiras, Antônio Dias Cardoso, soldado, conhecido como o mestre das emboscadas e capaz de vencer os inimigos mais fortes, utilizando a inteligência como recurso. O primeiro curso de Comandos foi realizado pela Polícia Militar no Brasil, em 1942, pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. As altas autoridades militares do país consideraram importante o prosseguimento dos treinamentos. Todavia, em meados do século XX, as experiências vivenciadas na 2ª Guerra Mundial (1949-1945), expuseram o Exército Brasileiro há uma evolução no segmento das Operações Especiais. Em 1957, desencadeou o que se conhece hoje como operações especiais brasileiras.

Após intercâmbio com o Exército dos Estados Unidos da América (EUA), iniciou-se o primeiro Curso de Operações Especiais, cujos participantes foram denominados “Pioneiros”. O curso adotou as características das forças especiais dos EUA (CCiopesp, 2013). O primeiro Curso de Operações Especiais foi iniciado em 1957 na Brigada Paraquedista (Silva et al., 2018).

O curso foi planejado para capacitar equipes para o desempenho de numerosas missões: conquista ponto-chave, golpes de mão, socorro e ajuda às populações ameaçadas por catástrofes, busca de informes, destruições e, eventualmente, busca e salvamento. Toda a instrução teve como base de execução os estudos que haviam sido realizados nos Estados Unidos, por meio do

chamado curso “Ranger” e, principalmente, do Batalhão de “Special Forces”.

Uma comissão organizou o cronograma que foi ministrado no curso de operações especiais e todos os candidatos foram submetidos a exames médicos e testes físicos, sendo avaliadas as condições de força, vigor, agilidade, resistência e coordenação motora. Muitos candidatos se apresentaram para os testes, mas nem todos atingiram os índices. Após o término da formação, os concluintes foram empregados e distribuídos nas unidades, à disposição para serem convocados a qualquer momento (Ciopesp, 2013). A motivação da criação do Curso Operações Especiais era fruto da constante necessidade de realização de missões de busca e salvamento. Todavia, os registros sobre o trabalho realizado, reforça que este era baseado mais no entusiasmo, na ousadia e no espírito de cooperação do que em planejamento e real conhecimento da missão (Ciopesp, 2013).

O salto qualitativo de formação para alto desempenho técnico e operacional ocorreu apenas 15 anos depois da inauguração do primeiro curso de formação. Em 1972, através do Destacamento de Forças Especiais, uma organização militar de operações especiais do Exército Brasileiro passou a coordenar o curso de formação. Este departamento implementou um Estágio de Ações de Comandos, com duração de três semanas, visando o “adestramento de policiais militares” integrantes de um grupo de operações especiais, criado pela Secretaria de Segurança Pública do então Estado da Guanabara, para atuar no enfrentamento de grupos guerrilheiros. Este estágio foi o embrião da formação do futuro Batalhão de Operações Especiais (BOPE) (Dunningan, 2008).

O grupo de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro foi criado em 1991 (Dunningan, 2008), para atender ocorrências que fugissem à capacidade física, técnica e psicológica das unidades da Polícia Militar. No mesmo ano, ocorreu a primeira

edição do Curso de Operações Especiais de São Paulo (COESP), processo

seletivo pautado em fundamentos rígidos e na criação de valores próprios. Em 1980, foi criado o símbolo do BOPE, tendo como emblema um disco preto que representa o luto permanente; uma borda em vermelho que remete ao sangue derramado em combate; um crânio humano que corresponde à morte; um sabre de combate trespassado de cima para baixo que descreve a vitória sobre a morte em combate e, duas garruchas douradas cruzadas que retratam o sinal internacional de polícia militarizada (Storani, 2008). No Brasil, as unidades policiais militares de operações especiais se espelham no modelo desenvolvido no Rio de Janeiro, incorporando doutrina, treinamento, seleção e emprego operacional conforme as demandas criminais e peculiaridades regionais de cada Estado. Com exceção das Polícias Militares dos Estados do Acre, Espírito Santo e Paraíba, todos os Estados da Federação têm curso específico de operações especiais, forjando seus próprios caveiras, nome como são conhecidos os operadores especializados do BOPE. Destaca-se que somente são caveiras aqueles policiais formados em Curso de Operações Especiais, conduzidos pelas Polícias Militares e pelas Forças Armadas do Brasil. Todos os cursos de Operações Especiais possuem a mesma essência, que é selecionar os indivíduos mais aptos a serem operadores especiais, por meio de testagens que os conduzem aos seus limites psicológicos e físicos, habilitando-os para o cumprimento das mais complexas missões operacionais. Cada Estado possui um símbolo exclusivo para identificar os concludentes dos seus respectivos Cursos de Operações Especiais, com elementos heráldicos regionais e particulares. Contudo, todos são comuns em apresentar ao centro do dístico a “faca na caveira”.

Apesar de não ser oficial, muitos grupos de caveiras do Brasil têm denominações idealizadas segundo aspectos regionais ou culturais peculiares em cada Estado, que tornam cada

grupo único. Tais adjetivos são relativamente recentes e de origem incerta, entretanto, a hipótese mais aceita considera seus surgimentos devido à integração entre os policiais militares na Força Nacional de Segurança Pública (FNSP). Como a “Força” é composta basicamente por policiais de todo o Brasil, que passam a treinar e operar cotidianamente com o objetivo de serem empregados em situações urgentes de ordem pública em território nacional, muito se compartilha das vivências regionais e, inevitavelmente, das operações especiais, “Caveira do Gelo” – Rio Grande do Sul.

2.1.2 Batalhão de Operações Especiais do Rio Grande do Sul

Na década de 1990, foi formado o primeiro Grupo de Ações Táticas Especiais (Gate), dando início às operações especiais no Estado do Rio Grande do Sul. Este grupo teve suas atividades encerradas em 2019, pelo Decreto Lei nº 54424/2018 (Brasil, 2018), que substituiu o Gate pelo BOPE. Este batalhão é vinculado diretamente ao Subcomandante-Geral, estando voltado à atuação em situações de intervenções de elevado rigor tático e estratégico. Os integrantes dessa tropa de elite da Brigada Militar são policiais especializados, aperfeiçoados em tarefas policiais específicas e de grande relevância no cenário da instituição, operando em todo o Estado do Rio Grande do Sul (Brigada Militar do RS, 2021a).

No ano de 2007, foi realizado o primeiro curso no Rio Grande do Sul sob a nomenclatura “Curso de Especialização em Operações Especiais” (CEOE). Estes cursos são realizados nos anos ímpares, na sede do BOPE/RS. O CEOE visa habilitar os policiais militares para a função de operação do BOPE, tendo duração média de quatro meses, carga horária aproximada de 1500 horas e dedicação exclusiva durante seu desenvolvimento. Nele, se realizam operações contínuas e ininterruptas. Os candidatos inscrevem-se mediante processo seletivo constante em edital no site da Brigada Militar (Brigada Militar, 2021b), que prevê diversas etapas: instrução

preparatória, exames de saúde (caráter eliminatório), exame físico (caráter eliminatório e classificatório) e testagens específicas, como subida em corda vertical, corrida externa de 10 km fardado, natação, apneia dinâmica horizontal, apneia estática, flutuação, apneia dinâmica vertical (eliminatória) e teste prático de tiro (etapa eliminatória e classificatória).

Os candidatos aprovados podem dar início ao treinamento, frequentando o CEOE (Brigada Militar, 2021b). Os concluintes do curso passam a ser chamados de Operadores Especializados. Ao discorrer sobre o curso de operações policiais especiais da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, Garcia (2011) aponta que as exigências, ao longo das 16 semanas do curso, são altíssimas, forçando os cursistas a se superarem constantemente, pois a fadiga, a fome e o frio são seus companheiros constantes. Ainda, Garcia (2011), refere como ponto alto do curso a disciplina de “conduta de prisioneiro de guerra” ou “fuga e evasão”, matéria ímpar e exclusiva das unidades de forças especiais no mundo. Portanto, após a conclusão desta etapa, os alunos são considerados operadores de operações especiais e recebem o título de Caveira, designativo operacional mais respeitado dentre as polícias do Brasil. A execução de atividades de operações especiais traz ainda maiores riscos e repercussões, visto que as intervenções dessa unidade policial são de grande impacto no atendimento de enfrentamento à criminalidade.

Portanto, os processos de formação aos quais os operadores especializados precisam passar podem ser entendidos como forma de incorporação de um modo específico de ser policial. Partindo-se do pressuposto da modulação de modos de ser a partir de modos de trabalhar, constatam-se especificidades entre os operadores especializados, em aspectos da natureza desse trabalho e condutas exigidas que os diferenciam dos demais policiais militares. Trabalhar como policial requer alto investimento emocional, de modo que a exposição a risco e adversidades no exercício da atividade profissional são apontados como causadores de

sofrimento psíquico (Minayo, 2019).

Nesse estudo, essa análise histórica do surgimento, criação e desenvolvimento do conceito e das práticas de curso e ensinamentos das operações especiais são importantes para ampliar o conhecimento e entendimento da atuação e da forma que o BOPE se configura. Seguindo nessa linha de pensamento, essa dinâmica é compreendida sob a égide da abordagem teórica da Psicossociologia do trabalho, abordando o entendimento da construção desses processos identificatórios com a doutrina das OE. Resultante de todo conhecimento formal aprendido por esses sujeitos nos cursos de formação, nos bancos escolares, mas, também, resultado dos saberes informais que compartilhados na interação cotidiana entre os policiais.

2.2 Psicossociologia do trabalho

O estudo tem como grande marco referencial teórico as Clínicas do Trabalho, sobre a compreensão a respeito do mundo do trabalho, tendo-se adotado a abordagem teórico metodológica da Psicossociologia do Trabalho. A concepção de trabalho nesta perspectiva remete às atividades humanas, a ser sempre orientado, simultaneamente, pela conduta do sujeito e seus próprios motivos, pelo segmento da realidade a ser transformada e pelas atividades e expectativas dos outros, sejam eles prescritores, coautores ou usuários-clientes do trabalho realizado (Lhuillier, 2014).

Essa abordagem teórica tem contribuído para a compreensão dos processos grupais e institucionais, incluindo elementos como a dimensão simbólica (cultura) e imaginária (representações compartilhadas) (Bendassolli e Soboll, 2011). As instituições contribuem para a definição de um conjunto de signos e símbolos, representações e regras, produto das práticas das relações humanas, colaborando, também, para a compreensão da natureza dos vínculos que os indivíduos estabelecem nas instituições e como isso se reflete nas situações e relações de

trabalho (Bendassolli e Soboll, 2011).

O trabalho, segundo este paradigma teórico, não é somente uma ocupação. Constitui-se, também, em uma instituição com dupla funcionalidade, a social e a psíquica. Tais funções mobilizam investimentos, representações e valores que garantem as bases da identificação do sujeito com as finalidades definidas. Seguindo essa linha de raciocínio, compreende-se que, neste caso, as instituições acabam sustentando e legitimando as atividades sociais como cuidar, educar, formar, produzir, governar, vigiar. Por certo, não está fora do tempo; é, antes, produto de uma história, ainda que vise a certa estabilidade, por meio da transmissão e da reprodução das orientações normativas que designa. Compreender o trabalho como instituição, é fundamentalmente, pensar o por que e como fazer. O primeiro contempla a própria atividade, através daquilo que se busca fazer. O segundo estaria principalmente sustentado no âmbito da organização. Tendo um caráter mais contingente e concreto, se ocupando dos meios, das funções, das maneiras de fazer (Lhuillier, 2014).

Ambos recebem influência direta do momento histórico, econômico e social, e podem determinar as dinâmicas de sofrimento e de prazer decorrentes do e pelo trabalho. Ressalta-se que, quando os indivíduos formam coletivos e podem compartilhar suas defesas, torna-se mais fácil a mobilização subjetiva frente às imposições e demandas do trabalho. Sendo assim, cada indivíduo lida com as situações de forma singular, os sentimentos e a capacidade de mobilizar-se contra as adversidades do trabalho resultam de uma combinação das experiências vividas pelo sujeito e em um coletivo somado com a dinâmica da organização do trabalho (Muller, 2013).

Logo, compreende-se, neste estudo, a existência de reciprocidade entre o individual e o coletivo, o psíquico e o social, a partir da concepção de que inexiste um sujeito fora do social. Assim, tornam-se relevantes as situações reais e concretas, nas quais os trabalhadores

participam, que influenciam e pelas quais são influenciados (Lhuillier, 2014). Serão abordados no próximo tópico as questões relativas ao processo de institucionalização e ao uso do poder, uma das atribuições da polícia, poder de polícia, com análise especial sobre o contexto sócio ocupacional em que os operadores especiais estão inseridos.

2.2.1 Processo de institucionalização e poder

As regras, as normas e os valores culturais são os elementos centrais das instituições, acrescidos a esses elementos estão os recursos e o comportamento social que se produz e se reproduz no contexto institucional. Contexto este que pode ser preservado ou modificado pela ação humana a depender do significado que atribui ao ambiente, às normas, aos valores e aos recursos materiais. A instituição pode ser entendida como uma ordem social ou padrões que têm atingido certo estado ou propriedade (Antunes, 2014). Uma instituição surge pela repetição de um hábito e sua institucionalização total ocorre quando as ações habituais são tipificadas por tipos de atores, podendo ser criada para atender a uma missão reconhecida e valorizada pela sociedade. No que se refere às instituições militares, percebe-se que foram criadas com o intuito de manter a ordem pública por meio da repressão e prevenção de crimes e no atendimento das demandas da população no que tange a segurança pública.

Sendo assim, as ações tornadas habituais são significativas para os sujeitos e são compartilhadas mediante a linguagem. Por meio desta, os sujeitos compartilham significações, objetivações do mundo social e acessam a subjetividade dos outros. As instituições criam rotinas que são tidas como certas pelos membros da sociedade e são transmitidas para as novas gerações. Sob a ótica institucional, a realidade organizacional é construída socialmente e institucionalmente sustentada, as organizações são regidas pelas regras e normas compartilhadas, bem como por valores, mitos, crenças institucionalizadas (Berger e Luckmann, 2003). O

processo de institucionalização é um produto da tipificação recíproca de ações tornadas habituais, construídas ao longo do tempo. As instituições consideram que as ações habituais tipificadas são os padrões de comportamento que devem ser seguidos, pois são os mais adequados. A institucionalização se dá pela adoção do comportamento tido como certo ao longo de um processo de interações sociais. Afinal, as relações e interações existentes na sociedade derivam das interações individuais. Contudo, a formação de novas instituições se dá ao longo do tempo, uma vez que sua existência é histórica e mudança nas instituições significa novos processos de institucionalização e vem sofrendo variações no tempo (Antunes, 2014). Portanto, a institucionalização como um processo de inculcar valor: é um processo, é algo que acontece a uma organização com o passar do tempo, refletindo sua história particular, o pessoal que nela trabalha, os grupos com os diversos interesses e a maneira como se adaptou ao seu ambiente.

A estrutura se estabelece e sobrevive por várias gerações, garantindo assim a institucionalização total. Os fatores que contribuem com a perpetuação da estrutura são: a baixa resistência por parte do grupo de oposição; os resultados positivos alcançados; bem como a promoção e o apoio cultural do grupo de defensores (Antunes, 2014). Características essas observadas nos OEs, onde acabam por repetir ritos, rituais e símbolos, sem questionar e sem colocar qualquer empecilho nesse sentido, fazendo parte da cultura institucional. Para que uma nova estrutura atravesse as fases desse processo, é fundamental a percepção favorável dos atores. Ao perceber que a inovação serve a seus interesses, os atores a apoiam e a promovem. Desse modo, uma estrutura que se institucionaliza é aquela compreendida entre seus membros como eficaz e necessária. A institucionalização pode ser então entendida como o processo de transformação de crenças, valores e ações em regras culturais que são tornados habituais e generalizáveis, além de assumir o status de padrões (Antunes, 2014).

A competência técnica se relaciona com as concepções acerca da consolidação da burocracia como forma de distribuição de poder nas organizações formais. A autoridade, nesse caso, se relaciona com o domínio estrito dos conhecimentos e habilidades relacionados ao papel específico de cada pessoa dentro de organizações, instituições ou no governo. Os cargos, funções e profissões não possuem uma faceta mágica ou sobre-humana, devendo ser ocupados por pessoas que comprovem qualificação para exercê-los o que torna importante a comprovação desses méritos por meio de diplomas, provas e experiências profissionais pregressas (Enriquez, 2007; Weber, 2008).

As relações de poder, seja pelas instituições, escolas, prisões, foram marcadas pela disciplina e por ela que as relações de poder se tornam mais facilmente observáveis, pois é por meio da disciplina que estabelecem as relações: opressor-oprimido, mandante-mandatário, subordinador-subordinado. Trata-se de uma relação assimétrica que institui a autoridade e a obediência, e não como um objeto preexistente em um subordinado. Trata-se de uma concepção do poder que se irradia da periferia para o centro, de baixo para cima, que se exerce permanentemente, dando sustentação à autoridade. Na instituição militar, um dos lemas é justamente essa hierarquia e disciplina, onde as funções e cargos são distribuídos em razão do poder e responsabilidade que cada posto hierárquico possui. Desta forma, o poder em Foucault é um conjunto de relações que produz assimetrias e age de forma permanente, se irradiando de baixo para cima, sustentando as instâncias de autoridade, sobretudo os “poderes” instituídos do Estado (Branco, 2021).

Para Foucault (1979), o poder não é um recurso que algumas pessoas ou instituições possuem e usam para controlar outras pessoas, mas sim uma força que atravessa todas as relações sociais e que é constantemente exercida e resistida. Foucault acreditava que o poder é

produzido através de práticas discursivas, ou seja, através da linguagem e do conhecimento que produzimos e compartilhamos. O poder é exercido através de discursos, normas e práticas que determinam o que é considerado verdadeiro ou correto em uma sociedade. É importante estarmos atentos ao fato de que Foucault não nega a importância do Estado, mas demonstra que as relações de poder ultrapassam o nível estatal e está presente por toda a sociedade, estando “dissolvida” por todo o tecido social (Branco, 2021).

Para Foucault o poder é uma prática social constituída historicamente. São formas díspares, heterogêneas, em constante transformação, o poder está por toda parte e provoca ações e uma relação fluante, não estando em uma instituição nem em ninguém. Não está no rei, no presidente, em uma pessoa, mas nas relações sociais existentes, sendo ações sobre ações (Foucault, 1979). O poder, em consequência disso, possui uma dimensão imaginária, pois aqueles que se submetem a ele possuem a crença de que os que o possuem são capazes de garantir a sua estabilidade, o seu bem-estar, e, dessa maneira, projetarão suas vivências familiares em seus dominadores. Por conseguinte, o poder se estrutura pela falta. As pessoas buscam projetar representações, afetos e expectativas em alguém. Quando encontram alguma pessoa que se mostra disposta a compensar essas faltas, que tem ou que demonstra ter algo que os demais precisam, estabelece-se uma relação de poder (Batista, 2012).

Em relação ao poder da polícia, importante destacá-la enquanto atividade do Estado voltada a limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público. Possui como características a discricionariedade, a auto-executoriedade e a coercibilidade. A discricionariedade é o poder que a polícia administrativa tem de escolher, dentro dos limites legais, por critérios de conveniência e oportunidade, o ato a ser praticado. Tradicionalmente, é apontado como limite do poder de polícia administrativa o próprio respeito à legalidade e à

finalidade, ou seja, a existência de interesse social que justifique a restrição à parcela de seu direito fundamental em prol do bem comum ou interesse coletivo, já que a sociedade oferece benefícios (Moura, 2020). Desse modo, a legitimidade corresponde à aceitação do poder pela tradição, a legitimidade aumenta a perenidade de uma relação de poder, pois suas outras fontes, tais como a identificação, o amor-fusão e o uso de meios de sanção, podem ser mais facilmente substituídas. Ela, entretanto, é fruto de contingências históricas, culturais ou meramente situacionais, refletindo usualmente a dominação de um grupo social pelo outro (Enriquez, 2007; Weber, 2008). Seguindo nessa linha, serão abordados no próximo tópico as questões relativas à identidade profissional e coletiva construída no mundo do trabalho, com análise especial sobre o contexto sócio ocupacional dos operadores especializados do BOPE. A identidade profissional é entendida como estando permeada por esse contexto institucional e sócio ocupacional, e pelas relações de poder que aí são estabelecidas.

2.2.2 Processos identificatórios relacionados ao trabalho

Tanto o conceito de identidade como individualidade, quanto o de trabalho, são fenômenos modernos. Nessa direção, entende-se que somente a partir do século XVIII foi possível pensar no trabalho como elemento central na vida dos sujeitos e, por conseguinte, na identidade vinculada à esfera do trabalho (Bendassolli, 2011).

O trabalho é frequentemente entendido como categoria chave para a Psicologia, em especial, a Psicologia do Trabalho, dada sua importância na construção da identidade, da saúde mental, das aprendizagens, entre outros. A conquista da identidade ocorre no campo social, em que o trabalho participa de maneira preferencial na realização do “eu”. Portanto, o trabalho tem uma função psíquica como constituinte do sujeito (Muller, 2012), assumindo um papel central na constituição da identidade individual e com implicação direta nas diversas formas de inserção

social dos indivíduos. Nesse sentido, o trabalho pode ser visto como fundamental na constituição de redes de relações sociais e de trocas afetivas e econômicas, base da vida cotidiana das pessoas (Heloani; Luncman, 2004).

O trabalho compreende um elemento central na construção da saúde e da identidade dos indivíduos e sua influência transcende o tempo da jornada propriamente dita, estendendo-se para toda a vida pessoal/familiar e tempo de não-trabalho (Heloani; Luncman, 2004). A apreensão do mundo objetivo policial e, portanto, a construção de uma identidade policial, ocorre mediante as exigências cotidianas de trabalho e socializações presentes nesse contexto. Toda socialização é um processo que se caracteriza pela construção, desconstrução e reconstrução de identidades ligadas às diversas esferas de atividade que cada um encontra durante sua vida. Assim, é por esse processo que o sujeito se torna ator social, ou seja, é nele que o sujeito aprende a definir a situação em que está inserido, ou seja, ele aprende a definir a si próprio e aos outros (Figueira, 2017).

Mesmo quando o sujeito não percebe uma mudança significativa em seu modo de ser ou a adesão à uma identidade e à uma vida totalmente nova, a entrada em um novo campo profissional constitui uma fonte significativa de identificações atribuídas aos sujeitos (Dubar, 2005). De acordo com o mesmo autor, é nesse processo que ocorre a atribuição da identidade pelas instituições e pelos agentes que estão em interação direta com os sujeitos. Percebe-se, então, que a identidade do outro é resultado dos atos de atribuição externos. Há, também, os atos de pertença que constituem a identidade para si, indicando que o indivíduo diz de si mesmo, o que pensa ser, ou gostaria de ser. Tal dinâmica diz respeito à interiorização ativa, à incorporação da identidade pelos próprios indivíduos (Dubar, 2005). Esta pode ser pensada como uma deliberação subjetiva sobre as identificações que foram atribuídas ao indivíduo (rotulagem).

Assim, a identidade social resulta da negociação contínua e dialética entre a identidade para o outro, a identidade para si e o fato de ser reconhecido em seu trabalho, de travar relações – mesmo conflituosas – com outros. Além de poder se empenhar pessoalmente em sua atividade, o indivíduo é, ao mesmo tempo, construtor de identidade pessoal e criatividade social. Por tudo isso, diz que o campo profissional ocupa um espaço significativo na constituição das identidades (Figueira, 2017).

Para a abordagem teórica convergente psicodinâmica do trabalho do escopo das Clínicas do Trabalho, a identidade é imposta ao indivíduo conforme atribuições sociais, tais como data de nascimento e nacionalidade e implica na consciência que cada um tem de si mesmo. Outra forma de colocar a questão da identidade é dizer que é, ao mesmo tempo, social e pessoal e, nesta linha, a identidade está associada ao papel social, sendo definida como a soma dos papéis sociais desempenhados pelo indivíduo (Bendassolli, 2011).

A construção da identidade e da independência do sujeito possibilitada pelo trabalho está ligada ao reconhecimento que esse sujeito tem do seu trabalho. As pessoas esperam que as qualidades de seu trabalho e de sua contribuição sejam reconhecidas (Constantin, 2020). Todo esse reconhecimento exerce papel fundamental sobre a construção da identidade desse sujeito, de reconhecimento em reconhecimento, o sujeito excede etapas, as quais são transformadoras para si mesmo. Essa transformação se dá pelo olhar dos outros e, também, pelo olhar da sociedade, produzindo indivíduos que evoluem ao longo de vidas que se realizam (Constantin, 2020). Além das dimensões objetivas e subjetivas que configuram a identidade, há que se considerar a relação com aquilo que está disponível culturalmente no mundo. Emerge uma perspectiva psicossocial de identidade, o que significa pensar neste conceito através da relação psicológica do sujeito com sistemas específicos de categorias sociais e, portanto, sempre provisória, individual, coletiva,

biográfica e estrutural (Muller, 2012).

Pode-se dizer que as transformações sociais, econômicas e tecnológicas trazem implicações sobre modos de ser e viver dos sujeitos, bem como suas formas de agir em sociedade. O trabalho é entendido como elemento central na construção da identidade e isto significa ir além da discussão sobre divisão do trabalho e dos ofícios (que por si só já colocam cada indivíduo vinculado a um lugar, um grupo, um saber) e pensar nas identidades dos trabalhadores do Bope - construídas a partir de todas as suas nuances e contradições – se torna possível.

Com base em Berger e Luckmann (2014), tem-se que toda identidade se refere a uma realidade social específica, implicando na atribuição de “um lugar específico no mundo” e em um “modo de ser” distinto. Nessa direção, a identidade é, portanto, constituída com base na alteridade. Toda identidade é construída na distinção, conseqüentemente, refletir sobre “o que distingue o policial militar do ‘paisano’ ou do policial civil” é também refletir sobre a construção identitária desse profissional (Figueira, 2017).

Assim, o “modo de ser” ou a identidade policial militar responde a um mundo institucional que estabelece e define padrões de conduta. As práticas de seus agentes são controladas por regras explícitas e implícitas, ditas e não-ditas. As instituições só persistem de geração em geração, pois são capazes de resistir e de evitar tentativas de mudanças, pré definindo as possibilidades de os indivíduos agirem, as instituições sociais representam um tipo de controle social como uma forma preliminar do poder (Dreher, 2015). Conseqüentemente, as tipificações institucionais não podem ser criadas instantaneamente, é necessária uma historicidade, pois além de ser produto de uma história compartilhada, as instituições ao estabelecerem padrões previamente definidos implicam em controle social (Figueira, 2017).

Os policiais militares passam por influências das identidades esboçadas socialmente pela profissão, com uma marca da colonização e de dominação tanto pelo meio social, quanto institucional e familiar (Braga; Faria, 2018). O policial militar acaba atuando de maneira semelhante em todas as dimensões de sua vida e em qualquer situação, mesmo quando não estão em horário de trabalho, durante as folgas ou, inclusive, quando aposentados (Spode, 2004). A formação institucional do policial militar pode potencializar a agressividade e gerar violência, o que exige desses profissionais uma nova configuração de papéis em determinados espaços (Muller, 2012).

O grupo profissional parece ser portador, verdadeiramente, de uma identidade coletiva. A organização, enquanto contexto de emergência identitária, tem, indiscutivelmente, um peso preponderante, na medida em que integra um conjunto de conhecimentos sócio técnicos, contribuindo para a estruturação da identidade profissional organizacional e o reforço do sentimento de pertencimento (Dubar, 2005). Este sentimento será mais reforçado quanto maior for a identidade coletiva e relacional do sujeito, implicando a sua participação em atividades coletivas formais e informais que lhe permitem obter uma representação social de si mais favorável, face ao grupo de trabalho de referência ou, mesmo, às chefias (Santos, 2005).

Sendo assim, é importante reconhecer o sujeito no papel de policial, respeitando suas diferenças, singularidades e suas subjetividades. Quando o sujeito ingressa na Polícia Militar, submete-se a um processo de mudanças para tornar-se um policial militar. Há uma forte exigência discursiva e escrita no contexto cultural que o conduz a adquirir traços próprios da natureza militar (Lustoza, 2017). Ademais, o cotidiano laboral desses trabalhadores da parece vir acompanhado do risco como fator estruturante da profissão (Derenusson, 2011). O self e a identidade de uma pessoa ou grupo constituem o cerne do sentimento de pertença a uma

totalidade social. Segundo Sandra Jovchelovitch (2000), representar algo não é apenas uma construção cognitiva, mas uma ação de pessoas que pensam e sentem, com motivos e intenções que sustentam uma identidade e vivem em um mundo social. A ação envolve sujeitos que se relacionam, interagem e falam. Estas atividades são práticas sociais e envolvem fazeres de diversas ordens. Assim, o social é objetivo e subjetivo ao mesmo tempo. Ele engendra em sua dinâmica, determinantes históricos, políticos e econômicos que estreitam as possibilidades de ação humana, mas também é um espaço em que o eu e o outro se encontram, exploram identidades, constroem símbolos e expressam afetos.

Ainda de acordo com a identidade, há uma nova relação entre as representações sociais e a esfera pública, como um campo de significações nas quais podemos registrar as experiências simbólicas. A esfera pública seria entendida como o espaço social no qual há uma gama de espaços simbólicos ou representações sociais, que são um conjunto de significações que expõe nossa sociabilidade, como é o caso das operações especiais. Esta análise é imensamente frutífera para entendermos tanto o sujeito privado, ou seja, a sua individualidade, suas atitudes e processos cognitivos, quanto às implicações destas atitudes nos fenômenos psicossociais. Também contribuem para revelar as contradições e incoerências das representações, ressaltando os mecanismos de construção simbólica serem capazes de definir e classificar a identidade de um grupo, resultando daí a interdependência conceitual entre representações e identidade (Rocha, 2014).

Diante desse contexto, a formação dos OE é influenciada por uma gama de representações simbólicas perpassadas pela cultura das operações especiais, o que denota uma referência em suas vivências profissionais após a conclusão do CEOE. Identificadas as representações simbólicas durante o CEOE, não é difícil observá-las na rotina do Bope. As

formas de perceber, pensar e agir, desenvolvidas no processo de socialização, são reproduzidas pelos integrantes do batalhão (liderança, adaptação à pressão do trabalho, superação de dificuldades e limites), influenciados pelos símbolos e rituais. Dentre eles, estão a cerimônia de abertura do CEOE, tatuagem de caveira (representação do operador especial) e definição de uma frase representativa ao concluir o curso (escolhida pelos concluintes), oração (comum a todos operadores especiais), mandamentos, matrix (imersão total), formação de cangas (duplas que seguem junto no decorrer do curso), xerife (escolhido para representar o grupo) entre outros.

Neste sentido, a nova identidade profissional é um construto de natureza dinâmica, em constante transformação em resultado das práticas diárias, começando antes da formação inicial e prolongando-se ao longo do exercício profissional. Sendo assim, a identidade profissional não se constrói individualmente, mas aliada a processos de negociação, diálogos entre si e os outros. (Santos, 2023). A atuação dos OEs se relaciona diretamente com o processo de (re)construção e (re)configuração identitária, a fim de dar resposta adequada aos novos desafios colocados pela profissão.

Esta identidade no trabalho, assim que seja gratificante e segura, facilita o processo de introspecção e apropriação dos modelos e valores do campo profissional. Sendo assim, os grupos profissionais tendem a construir representações coletivas, peculiares ao seu trabalho, que se constituem em uma das partes mais importantes de suas identidades sociais. A identidade pessoal e a identidade social estabelecem uma separação, para o indivíduo, das identidades das outras pessoas (Goffman, 1988). No grupo ocupacional em estudo, a força do processo de transformação pode ser constatada na incorporação do distintivo do CEOE no uniforme dos operadores. Observou-se que os policiais militares passaram por um processo de ressignificação de suas identidades, proporcionando a eles uma valorização de si, por meio do engajamento com

os outros integrantes do Bope (Santos, 2023).

A identidade profissional do OE torna-se, portanto, fundante da sua forma de atuação, acompanhando o mesmo fora dos momentos de trabalho, se refletindo em suas relações familiares e sociais e acarretando, inclusive, riscos pessoais, como e o considerado pela tatuagem da caveira, por alguns operadores, símbolo este carregar por toda a vida, independente de estar no seu exercício laboral ou não. A incorporação desse distintivo chegou ao extremo literal, posto que vários operadores passaram a tatuá-lo pelo corpo.

Storani (2008) produziu uma pesquisa que norteia o entendimento da temática específica deste grupo operacional, a partir do processo que constitui o rito de passagem que um OE vivencia ao ingressar no Curso de Especialização do BOPE, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1. Ritos e rituais nos CEOE

Momento	Ritual	Definição
Início	Cerimonial de Abertura	Esse cerimonial é realizado somente com os operadores especiais já formados. Oportunidade de encontro de várias gerações de cursados.
	Semana Zero	Rito de passagem. Os candidatos têm o primeiro contato com a coordenação do curso, com a equipe de instrução e com o próprio universo simbólico do BOPE.
Durante (Matrix*)	Matrix	Tempo em que o aluno está em curso, sob a égide das rigorosas peculiaridades que compreendem o CEOE. Aquele que conseguir ser aprovado e selecionado para frequentar um Curso de Operações Especiais, entra na “Matrix”.
	Primeira Semana	A desconstrução da identidade “civil”, para (re)construção de uma identidade “policial ou militar”. Tudo deveria ser rigorosamente igual, de forma a nivelar o grupo na igualdade.
	Numeração dos Candidatos	Serve para destituir todas as prerrogativas de cargo, função, posto ou graduação inerentes à hierarquia e disciplina militares, garantindo que todos recebam tratamento igualitário.
	Cangas	Uma canga corresponde a uma dupla de alunos. Os parceiros têm o dever de cuidar um do outro. É um compromisso de fiscalização mútua quanto às condições de saúde física e mental, higiene, manutenção de armamento, equipamento, etc. A primeira lição que todos os recrutas devem aprender é que seu sucesso não depende só de como se saem como indivíduos, mas como um time.

	Xerife	É o comandante do turno. É ele quem apresenta o pelotão, recebe e faz cumprir as determinações, é o único que está autorizado a utilizar relógio para controle do tempo, realiza os deslocamentos da tropa. Essa função é temporária.
	“4S”	São as “qualidades” necessárias para que o aluno se forme no Curso. Sorte, Saúde, Saco e Simpatia. Sorte, porque muitas situações são imprevisíveis e não podemos planejar. Saúde, condição imprescindível para continuarmos no curso. Saco, é a paciência para perseverar. Simpatia, é a aprovação dos Caveiras e do próprio turno.
Desligamento	A Morte e o Sepultamento da Identidade Liminar	O aluno que pediu desligamento entrega seu fuzil, com um gesto de “desistência de lutar, de continuar no combate”. Após a entrega do fuzil, segue para o “cemitério cerimonial” para fixar uma pequena cruz branca com seu número.
	Cemitério	É um local destinado ao sepultamento simbólico, dos alunos desistentes do COEsp, por meio da fixação de uma cruz com a inscrição do número do aluno, e onde as almas dos desligados ficam presas. O cemitério corresponde ao sepultamento simbólico dos que fracassaram no curso e que jazem em paz fora da Matrix. Também tem efeito motivador ao aluno sobrevivente, para que nunca tenha o seu número enterrado e sua “alma” vagando por esse vale. “Aqui jazem os fracos” é a mensagem culturalmente exposta na entrada de todo cemitério do Curso de Operações Especiais.

Fonte: Storani, P. (2008).

Na tabela 1 estão citados os rituais e ritos específicos e como acontecem no decorrer do curso, enquanto na tabela 2, a seguir, a representação da caveira, símbolo de referência desse grupo específico de operadores especializados e que a maioria deles tem tatuado em seu corpo, e os significados de cada item.

Tabela 2 - Símbolos do BOPE

	Símbolo	Definição
		
	Caveira	Representa a morte. É também o receptáculo da sabedoria necessária às operações especiais.
	Faca na caveira	Significa “vitória sobre a morte”.

	Xerife	São símbolos internacionais de polícia.
	Louros	Glorificam a vitória no Curso de Operações Especiais e nas recorrentes missões especiais.
Caveira x Convencional	Caveira	Operador formado em Curso de Operações Especiais promovido pelas Polícias Militares ou Forças Armadas do Brasil.
	Convencional (PM)	Aqueles que nunca tentaram ser um caveira, que desistiram ao longo do processo de passagem ou não se comportam como tal.

Fonte: Storani, P. (2008).

Os OE são motivados a adotar estratégias comportamentais e simbólicas para alcançar ou manter, no interior do grupo, comparações que favorecem demarcações de identidade de referência. A categorização social do sujeito e dos outros reduz a incerteza dos indivíduos sobre si próprios e sobre a alteridade dos outros e normaliza a forma como podem e devem comportar-se em contextos sociais específicos (Santos, 2005).

Diante do exposto, percebe-se que os ritos de passagem nos possibilitam compreender como se opera o processo de separação do indivíduo que era militar e ingressa nas Operações Especiais. É um requisito implícito e sem passar por estes rituais e ritos do CEOE, é provável que o aluno não efetive/concretize o rito de “separação” com o mundo militar convencional, e deste modo fique pelo caminho no processo de formação. Por esta ótica, os ritos de separação podem ser definidos como aqueles que objetivam distanciar o sujeito (militar convencional) do seu campo social anterior, sempre com o intuito de enfatizar a atenção deste indivíduo para as normas, os valores que se constituem como essenciais para fixação do mesmo neste novo grupo operacional (Silva, 2017).

Com estes ritos, rituais de passagem, objetiva-se homogeneizar comportamentos, hábitos, posturas, conceitos basilares de hierarquia e disciplina, isto é feito de forma coletiva. Todos precisam

estar no mesmo padrão. Após a passagem pelos mesmos, o objetivo é que os comportamentos individuais sejam padronizados, as posturas sejam “unificadas”. Noções de espírito de corpo, noções de coletividade, de irmandade, de pertencimento a um novo grupo de elite (Silva, 2017). Diante disso, existe a necessidade da incidência de uma espécie de adaptação do sujeito que é submetido ao CEOE. Neste sentido, o policial militar convencional precisa mudar de posição dentro de um sistema e sair da perspectiva individual para a coletiva. Mesmo que de forma inicial, os policiais saem de uma realidade anterior e migram para uma realidade onde o que importa é o coletivo (mundo das OEs).

No intuito de tentar estabelecer e citar uma das funções/objetivos desta análise, estão baseadas minhas observações do CEOE, dos treinamentos e do cotidiano do BOPE, entendo que o escopo principal é o de preparação para a alteração que está prestes a ocorrer, ou seja, deve ser considerada como sendo um período de transição.

Pelo exposto até aqui, é possível identificar que a identidade profissional de um OE é um componente importante da identidade social e inerentes à construção das identidades profissionais (Santos, 2005) e as representações simbólicas que fazem parte do processo de especialização em operações especiais, reforçam o caráter identitário deste grupo, em particular, através do cotidiano de trabalho.

2 REFERÊNCIAS DA REVISÃO DA LITERATURA

- Antunes, Flávia de Oliveira. O processo de institucionalização de uma política de segurança pública no estado de Pernambuco: o caso do pacto pela vida, a partir da polícia militar. UFPE, 2014. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/26250>
- Baptista, G. C.. (2012). Análise de políticas públicas, subjetividade e poder: matrizes e intersecções teóricas. *Psicologia USP*, 23(1), 45–67. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642012000100003>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. Recuperado em 20 de maio, 2022, de <https://doi.org/10.1191/1478088706qp.063oa>
- Bendassolli, P. F., & Soboll, L. A. P. (2011). Introdução às clínicas do trabalho: aportes teóricos, pressupostos e aplicações. In L. A. P. Soboll, & P. F. Bendassolli (Orgs.), *Clínicas do trabalho: fundamentos, abordagens e aplicações* (pp. 3-21). São Paulo: Atlas.
- Bíblia. Antigo e Novo Testamento. 2. ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil. 2009.
- Borges, Livia de Oliveira, & Tamayo, Álvaro. (2001). A estrutura cognitiva do significado do trabalho. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 1(2), 11-44. Recuperado em 30 de maio, 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572001000200002&lng=pt&tlng=pt
- Borges, L. O. . 2013. O Trabalho e as Organizações: atuações a partir da Psicologia. São Paulo: Artmed
- Branco, D. (2021). FOUCAULT: : SOCIEDADE CIVIL E HOMO Oeconomicus NO NASCIMENTO DA BIOPOLÍTICA . *Polymatheia - Revista De Filosofia*, 11(18). Recuperado de <https://revistas.uece.br/index.php/revistapolymatheia/article/view/5821>
- Carvalho, Lucius Paulo de. (2021) Caveira: operações policiais especiais. Florianópolis: Autor Independente.
- Denécé, Éric. (2009) A história secreta das forças especiais. São Paulo: Larousse do Brasil.
- Dunnigan, James F. Ações de comandos: operações especiais, comandos e o futuro da guerra dos EUA. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008
- Enriquez, E. (2007). *As figuras do poder* (N. de Melo, trad.). São Paulo: Via Lettera.
- Exército Brasileiro. Curso de Ações de Comandos. 2020. Disponível em: <http://www.ciopesp.eb.mil.br/en/curso-de-aco-es-decomandos.html>.
- Exército Brasileiro. “Faca na caveira”: muitos tentam, mas poucos conseguem conquistar o “gorro preto” e ser um “comandos”. 2018. Disponível em: https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/-faca-na-caveira-muitos-tentam-mas-poucos-conseguem-conquistar-o-gorro-preto-e-ser-um-comandos.
- Figueira, K. T. S. (2017). *Polícia feminina: construção identitária e representações sociais na polícia militar do Distrito Federal*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília. Braz, M. V., Casadore, M. M., & Hashimoto, F. (2020). Intervenção em psicossociologia: a construção da escuta e a implicação nas organizações. *Psicologia em Estudo*, 25(e48468), 1-15. Recuperado em 30 de maio, 2022, de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/48468/75137515076135>
- Força Aérea Brasileira. Quem são os pastores? PARASAR 50 anos. 2013. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/17249#:~:text=O%20militar%20que%20atinge%20o,o%20t%C3%ADtulo%20de%20%E2%80%9CPastor%E2%80%9D>.

- Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- Garcia, Marcelo. História das operações militares e policiais. Porto Alegre: Corag, 2011. Lustoza, D. B. S. (2017). Psicologia na Polícia Militar: desafios no âmbito da cultura organizacional. *Rev. Psicologia: Saúde Mental e Seg. Pública*, 6, 35-50. Recuperado em 22 de maio, 2022, de <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/psicologia/article/view/93>
- Goffman, E. (1988). *Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (4a ed.) LTC.
- Leão, Delfim Ferreira; Ferreira, José Ribeiro; Fialho, Maria do Céu. *Cidadania e Paideia na Grécia Antiga*. 2 ed. rev. Simões & Linhares, Ltda. 2010.
- Lhuillier, D. (2014). Introdução à psicossociologia do trabalho. *Cad. Psicol. Soc. Trab.*, 17(1), 5-19. Recuperado em 15 de maio, 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172014000100003. doi:10.11606/issn.1981-0490.v17ispe1p5-19
- Moura, E.A.C. LIMITES DO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA À LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: ANÁLISE DAS MEDIDAS RESTRITIVAS ADOTADAS DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19. *Revista Estudos Institucionais*, v. 6, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2020.
- Pinheiro, Álvaro de Souza. Apresentação. Rio de Janeiro, 2008. p. 7-53. In: DUNNIGAN, James F. *Ações de comandos: operações especiais, comandos e o futuro da guerra dos EUA*. Biblioteca do Exército, 2008.
- Rocha, L. F.. (2014). Teoria das representações sociais: a ruptura de paradigmas das correntes clássicas das teorias psicológicas. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 34(1), 46–65. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932014000100005>
- Rhéaume, J. (2009). Relato de vida coletiva e empoderamento. In N. M. Takeuti, & C. Niewiadomski, (Orgs.). *Reinvenções do Sujeito Social: Teorias e Práticas Biográficas*. Porto Alegre: Sulina.
- Santos, RC, Rodrigues, AL, de Lima, TCB, & Araújo, R. de A. (2023). Identidade profissional e estigma: um estudo com policiais militares. *Revista De Gestão E Secretariado* , 14 (5), 6877–6893. <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i5.2086>
- Schweitzer, L., Gonçalves, J., Tolfo, S. R., & Silva, N. (2016). Bases epistemológicas sobre sentido(s) e significado(s) do trabalho em estudos nacionais. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 16(1), 103-116. Recuperado em 01 de junho, 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572016000100009&lng=pt&tlng=pt
- Storani, Paulo. Vitória sobre a morte: a glória prometida. O “rito de passagem” na construção da identidade dos Operações Especiais do BOPE. Rio de Janeiro: UFF, 2008. 170 p. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, 2008.
- Storani, Paulo. *Vá e vença*. 5ed. - Rio de Janeiro:BestSeller, 2022.
- Tolfo, S. R. (2015). Significados e sentidos do trabalho. In P. F. Bendassolli & J. E. Borges Andrade (Orgs.). *Dicionário de psicologia do trabalho e das organizações* (pp. 617- 625). Casa do Psicólogo.
- Weber, M. (2008). *Ensaio de Sociologia* (W. Dutra, trad., 5a ed.). Rio de Janeiro: LTC.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Compreender a formação de processos identificatórios e o contexto simbólico na construção dos significados e sentidos do trabalho de policiais que atuam como operadores especiais do Batalhão de Operações Especiais do Rio Grande do Sul.

3.2 Objetivos Específicos

1. Aprofundar o conhecimento sobre o cotidiano de trabalho do coletivo profissional de policiais operadores especializados;
2. Conhecer brevemente os significados contidos na simbologia e rituais envolvidos na formação em operações especiais e no trabalho dos operadores especializados;
3. Conhecer os significados e sentidos do trabalho em operações especiais para os participantes do estudo.

4. ARTIGO

5. CONCLUSÃO GERAL

Esta dissertação teve como objetivo compreender como a formação da identidade profissional e o contexto simbólico atuam na construção dos significados e sentidos do trabalho dos operadores especializados do Batalhão de Operações Especiais do Rio Grande do Sul. Evidenciando que, em decorrência do Curso de Especialização em Operações Especiais, os policiais de operações especializadas sofrem uma intensa transformação de sua identidade profissional, associadas às mudanças no contexto de trabalho que demandam maior capacidade tática e operacional, diante de um contingente sócio ocupacional marcado pela alta periculosidade e violência característica das ocorrências.

Os resultados permitiram entender que, apesar dos momentos de formação do CEOE serem importantes para a profissão de OE, a aprendizagem da função e o processo de construção da identidade coletiva profissional são influenciados pela socialização em contexto real de trabalho. Além da experiência que advém da prática profissional no cotidiano do Bope, contribui decisivamente para o desenvolvimento do compromisso com a profissão, como uma carreira para a vida e, de uma identidade coletiva e atribuindo sentido e significado ao trabalho do OE.

A investigação permitiu confirmar a influência das representações simbólicas vivenciadas no CEOE no sentido da construção da identidade coletiva profissional, desde que os novos policiais entraram no curso de especialização. Os OE recém-admitidos levam um tempo para absorção da nova doutrina das OE para além do CEOE, fazendo uso da mesma nas atividades policiais específicas desse segmento policial.

A caveira tatuada é indelével, muito representativa desse processo identificatório de renascimento e da sociabilidade masculina. Apesar do suposto risco para sua segurança no “mundo civil”, pela possibilidade de ser identificado como um policial do Bope, a resposta surge em tom de

desafio (Storani, 2008).

O curso serve como uma forma de “mortificação da identidade”, para construção do novo sujeito, assemelhando-se ao processo de afastamento do iniciado das instituições totais, quando as pessoas perdem vestimentas de origem e seus sinais de status, passando a utilizar trajes que não mais os distinguem, da mesma forma que sua designação pessoal e sua identidade são alteradas (Storani, 2008). No entanto, o sistema de significados teria sido reconstruído, determinando-se um novo marco da biografia de cada um na forma de “antes e depois” do CEOE.

Os dados precisam ser analisados com parcimônia, considerando que foi estudado um Bope de um estado, não permitindo generalizações para outros contextos regionais dessas informações. Como possível viés pode-se inferir que ao participar do estudo também estava passando esses dados a psicóloga integrante da unidade e para minimizar tal viés, no início de cada entrevista foi esclarecida a respeito da participação voluntária e do sigilo com as informações e identificações. Sugere-se que os estudos possam ter continuidade com novos OE de cursos seguintes e dentro das possibilidades comparativamente com outros policiais que não possuam o CEOE. Os estudos com esses grupos especializados têm relevância para os próprios sujeitos, seus gestores e para a sociedade como um todo ao receber a prestação do serviço público. Neste sentido, este estudo propõe-se também a contribuir e aprofundar o conhecimento do trabalho dos profissionais atuantes na segurança pública, compreendendo sua complexidade e especificidades.

APÊNDICE A

Roteiro de entrevista semiestruturada

Dados de identificação

1. Nome: _____
2. Escolaridade: _____
3. Idade: _____
4. Função: _____
5. Com que idade ingressou na BM: _____

Entrevista

6. Como foi seu ingresso na BM? (trajetória profissional)
7. O que te fez querer fazer parte do BOPE?
8. Qual o sentido do trabalho no BOPE pra ti?
9. O que significa pra ti trabalhar no Bope?
10. Como te sentes em trabalhar no BOPE? (investigar aspecto afetivo no trabalho, felicidade e realização pessoal/profissional)
11. Tu fizeste o curso no ano 2019/2021. Te sentes pertencente ao grupo de operador especial?
A. (se respondeu sim na anterior): Como te sentes como Operador Especial? B. (se respondeu não na anterior): Por que razões ainda não te sentes parte?
12. Qual a sua percepção dos rituais/ritos do CEOE na sua formação profissional de OE?
13. Você acredita que esses rituais e símbolos te influenciaram de alguma forma, na formação profissional de operador?
14. Qual a importância de tatuar a caveira no braço?
A. Que significado tem para você?
15. Qual sua percepção a respeito do policial que fez mais de uma tentativa em concluir o curso CEOE (aluno ioiô)?

16. Se não concluiu o curso na primeira tentativa, como te sentiu?
- A. Sentiu a necessidade de voltar a "resgatar a tua alma"?
17. Gostaria de pontuar/abordar, com algo que ainda não foi mencionado nessa entrevista?